

ACAMPADOS NA RESISTÊNCIA: MASTER PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO INSTITUCIONAL (1961-1963)

BÁRBARA DE LA ROSA ELIA¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – barbaradelarosaelia@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Com mais de cem mil trabalhadores rurais organizados em diferentes associações de agricultores sem terra, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), consolidado no Rio Grande do Sul entre 1960 e 1964, apresentou-se, junto a outros movimentos referentes a luta de classes no campo, rumo a subversão da estrutura excludente que oprimia o campesinato. (ECKERT, 1987). Sendo este movimento inserido no contexto histórico em que diversas reformas de base estiveram em pauta como ideias mobilizadoras de diferentes setores, ele defrontou em sua cerne, reforma agrária, com os maiores impasses em voga. E concomitantemente, o Master, junto a outros movimentos de luta no campo, progressivamente radicalizaram-se, ganhando atributos de luta específicos, com o primeiro, principalmente, contemplado pela execução de acampamentos.

Neste sentido, torna-se fácil entender as diversas discussões sobre o assunto em circulação na imprensa da época. O presente trabalho, debruça-se em especial, sobre as abordagens relativas ao Master e questões agrárias lançadas no *Correio do Povo*, entre os anos de 1961 e 1963, tais quais as amplamente difundidas em notas de opinião, ou ainda, sobre a cobertura aferida a eventos de reivindicação pela terra.

Quanto a este tópico, será dada ênfase maior, uma vez que esse trabalho também apresenta como base os apontamentos de BARBOSA (2004), que indica a memória como mecanismo que outorga poder ao legitimar ou não acontecimentos. Sendo assim, através de um levantamento acerca da construção do Master em tal periódico, se pretende aqui relacionar dialética da lembrança e esquecimentos, silenciamento e cobertura dos fatos sob tal recorte.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração presente trabalho, utilizou-se levantamentos bibliográficos e análise de fontes documentais. Sendo assim, pode-se apontar como metodologia empreendida, um levantamento de dados referentes a questão agrária, em especial o Master, publicados entre os anos de 1961 e 1963 no Jornal *Correio do Povo*.

Por este meio, procurei introduzir um debate quanto ao tratamento do assunto Reforma Agrária presentes no jornal, principalmente, através de notas de opinião, e também, investigar as atribuições postas ao Master através desse periódico. Quanto ao último tópico, Barbosa (2004) apresenta-se como principal fundamentação teórica, uma vez que parte-se do pressuposto de que ao selecionar fatos para os leitores, em detrimento de outros que passam à categoria do esquecimento, as mídias acabam por relativizar real apreensão do protagonismo do evento, no caso o Movimento dos Agricultores Sem Terra.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Sob os preâmbulos nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária eclodiu de maneira significativa no período que antecede ao Golpe civil-militar, como pauta para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse atingir nível superior de desenvolvimento. (NAVARRO, 2004). Ainda segundo o autor:

De um lado, era preciso aumentar a produção agrícola (alimentos, matérias-primas para a indústria etc.) ao mesmo tempo em que se buscava ampliar o mercado interno para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo situações crescentes de tensões e conflitos sociais, propunha-se uma melhor distribuição de terras improdutivas. Num depoimento, Darcy Ribeiro, um dos mais íntimos assessores de Goulart, sintetizou a visão do governo sobre o assunto: “Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social” (NAVARRO, 2004, p. 22)

No caso do Rio Grande do Sul, popularmente conhecido como um estado brasileiro de alta dependência econômica para com o setor agropecuário, a conjuntura estadual que já vinha convergindo para o aumento da concentração de terras, evidenciando a questão agrária como um dos eixos centrais de dominação e acumulação de riquezas do país, acaba por demonstrar suas contradições, com a consequência do fortalecimento de movimentos agrários reivindicatórios. Deve-se ainda apontar que as reivindicações por terras combinada com clamores por direitos, muitas vezes há muito já conquistado no meio urbano, acirraram ao longo do tempo a dicotomia de interesses entre o Master e o também movimento político organizado dos ruralistas gaúchos.

Cenário este de tensões permanentes que não poderia passar despercebidas pelos veículos de informação da época. No que diz respeito ao *Correio do Povo*, nota-se crescente interesse em pautar a Reforma agrária em suas colunas. Contudo o formato, e até mesmo pequenas mudanças de tendências ideológicas ou abordagem, transfiguraram-se no passar dos anos aqui estudados.

Opiniões omitidas em 1961, como a de Oscar Fontoura, que viria a ser presidente da Farsul, reivindicando uma lei agrária abrangente das demandas de cada estado em detrimento da reforma em si, são progressivamente extintas em nome de requerimentos que quase sempre convergem para “A Verdadeira Reforma Agrária” baseada em educação, assistência técnica, crédito e inteirada com a realidade de cada estado, mas sobretudo, opositora da efetiva desapropriação. O jornal reconhece a necessidade da reforma agrária, e aponta, sob a lógica organizada dos ruralistas, que o estado deve criar um órgão pensante a respeito e que seja autônomo, completando-se que mesmo com o encargo maior sendo do estado, este deve despertar o interesse dos proprietários de terra para uma “colaboração”. Nota-se assim, uma ilusória desconexão entre o conceito de desconcentração do uso da terra ao de desconcentração de propriedade da terra, uma vez que se postergou a desapropriação em si, colocando como prioridade pontos aqui já citados. Tenta-se, então, colocar pautas da classe rural em detrimento da transformação social, sendo tudo isso justificado pelo jornal em nome de uma Reforma Agrária Democrática que faria frente a chamada Reforma Agrária Totalitária.



Quanto ao Master, sua própria colocação sempre foi como pretendente ao atendimento reivindicação social, pautava-se na legalidade, onde mesmo assim, ainda encontrou resistência na viabilidade requerida pela classe dominante. Contudo, quando um movimento de tamanha envergadura vai para além da esfera da reforma agrária, implicando inclusive, no aprofundamento da luta de classes, isso acaba por refletir de algum modo nos meios de informação, ainda que sob a alçada do silêncio institucional.

Através de um mapeamento de notícias referentes a questão agrária no *Correio do Povo* entre os anos de 1961 e 1963, pôde-se notar como resultado parcial, sistemática abstenção de se citar o Master, e também, outras Associações envolvidas em eventos reivindicatórios. Mesmo quando a singularidade do acontecimento evidencia a sua presença, como quando se descreve acampamentos ocorridos em locais e tempo em que a ação do MASTER é apontada em outras fontes, no jornal pesquisado ele não é diretamente veiculado.

Nesse sentido, posso dizer que o Master não foi citado nenhuma vez em todas as matérias sobre conflitos no campo no ano de 1961, e que em 1963, sua aparição se deu apenas três vezes nesses periódicos. Destas vezes, destaca-se a superficialidade no tratamento do Master, sendo ele encontrado em notícias em que se representa um distanciamento deste movimento para com a luta diária do camponês.

Referente a tais sistematizações, a colocação de Barbosa (2004) se torna oportuna: “a apropriação seletiva do passado, apoiada num feixe de subjetividades, do qual o tempo faz parte em seu caráter plural, a memória coloca em destaque a noção de agentes de memória, de pluralidade de funções e significações.” A autora completa:

Ao produzir o conhecimento como ruptura, algo que emerge na duração, a partir de um modelo de normalidade ou anormalidade considerado a priori, os meios de comunicação tornam-se espécies de “senhores da memória” da sociedade, sendo detentores do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de sombras de silêncio, impõem uma visão de mundo que atua outorgando poder. (BARBOSA, 2004, p. 108, 109)

Dessa forma, somos convidados a refletir a respeito da consequência política e social gerada de acordo com as intenções midiáticas, uma vez que isso reflete na vida cotidiana, ajudando a delimitar a memória e a ressignificar o presente. Sendo assim o silenciamento dado ao Master nas páginas no *Correio do Povo* não pode ser considerado por acaso, e seus desdobramentos devem ser entendidos no âmbito da totalidade.

4. CONCLUSÕES

Como visto, diversas foram às significações atribuídas à Reforma Agrária através dos periódicos, de forma a modelá-la e afastá-la do que para aquela classe parecia “antieconômico, perigoso para as instituições democráticas e economia da nação”. Ou seja, a questão foi colocada no marco de “problema viável”, em que os ruralistas e seus apoiadores pretendem resolver o infortúnio sem de fato solucionar suas causas.



Neste sentido esteve o jornal pesquisado, Correio do Povo, como suporte ideológico, ainda que no tempo de então, alegasse imparcialidade referente a tais fatos. Um bom exemplo disso é o relato indicado por Berger (2004):

No Correio do Povo foi produzida uma afirmação de seu antigo proprietário já falecido. “A posição do Correio do Povo foi favorável diante dos acontecimentos de 64. Cooperamos para a sua eclosão. Aqui havia um foco dinâmico da esquerda manobrado pelo Brizola. Nós estávamos contra a situação que ele representava. Desta maneira, a revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada”. De forma que contradiz às prerrogativas de imparcialidade e neutralidade cunhadas pelos jornais da época, (...) ou seja, na cobertura dos acontecimentos eles afirmam uma imparcialidade que, depois, sem pudor, desmentem. Este é um sinal da permanência de ideias e instituições autoritárias ao longo dos tempos. (BERGER, 2004, p.65)

Instituições estas, que tinham consciência da potencialidade social do campesinato e que por diversas estruturas buscaram garantir a sua inércia. A intenção do presente trabalho foi introduzir um debate acerca dessa configuração midiática frente a representatividade efetiva do Master. Através de tal proposta, me foi possível compreender a implicação direta do silenciamento institucional incidente sobre o campesinato. Intencional no sentido de colocar uma das referências para aquele meio sob uma superficialidade desmobilizadora. Contudo, para além disso, não há de se pensar o Master na passividade dos acontecimentos oficiais, sabe-se que sua atuação, ainda que não registrada no jornal, acabaram por gerar grande acúmulo de experiência e resistência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JORNAL CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, RS, 1961-1963.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1998.
- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. **Comunicação, Acontecimento Memória.** São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 2, p.102-111.
- BERGER, Christa. Proliferação da memória - A questão do reavivamento do passado na imprensa. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. **Comunicação, Acontecimento Memória.** São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 1, p.60-69.
- De Toledo, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 - 2004
- GASPAROTTO, Alessandra. **‘Companheiros Ruralistas!’ Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964).** 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964).** 1984. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro